

Clérigos Regulares (Teatinos)
CÚRIA GERAL

Enchiridion
Clericorum Regularium
(Theatinorum)

Roma
2014

ENCHIRIDION
Clericorum Regularium
(Theatinorum)

Da edição original em Espanhol (2014):

Edição: Cúria Geral dos Clérigos Regulares (Teatinos)
Piazza Vidoni, 6
00186 ROMA, Itália

Revisão: Pe. Valentin Artega Sánchez-Guijaldo, CR

Impressão:
Edições Soubriet
Doña Cristina, 39 – 13700 Tomelloso (Ciudad Real)
ediciones@soubriet.com

I.S.B.N.: 978-84-95410-95-5
Deposito legal: CR 403/2014

Da edição traduzida do espanhol para o português (2016):

Edição: Cúria Provincial da Ordem dos Clérigos Regulares (Teatinos) –
Província Paulo VI
Caixa Postal 36
CEP 18.870-000 / Fartura-SP

Tradução, adaptação e correção:
João Victor dos Santos Silva
Editora:

ÍNDICE

1. Breve de sua santidade o papa Clemente VII, <i>Exponi nobis</i> (24/06/1524)	10
2. Breve de confirmação dos Clérigos Regulares, de sua santidade o papa Clemente VII, <i>Dudum pro parte vestra</i> (07/05/1533)	13
3. Carta do Pe. Bonifácio de Colli a Dom João Mateus Giberti, Bispo de Verona (sem data, mas do primeiro decênio de fundação da Ordem).....	20
4. Carta do Pe. Dom João Pedro Carafa, <i>episcopus theatinus</i> , a Dom João Mateus Giberti, bispo de Verona (01/12/1532)	25
5. Carta do Pe. Caetano Thiene ao nobre veronês Francisco Capello (Referida à admissão do poeta Marco Antonio Flaminio – 17/02/1533)	27
6. Carta do Pe. Dom João Pedro Carafa a Dom João Mateus Giberti, bispo de Verona (01/01/1533)	31
7. Carta do Pe. Dom João Pedro Carafa e Juan Bernardino Fuscano sobre a fundação em Nápoles (29/03/1533)	38
8. Carta do Pe. Dom Joao Pedro Carafa a Dom João Mateus Giberti, bispo de Verona (31/03/1533)	40
09. Carta do Pe. Dom João Pedro Carafa a Dom João Mateus Giberti, bispo de Verona, de Veneza à comunidade de Nápoles (18/01/1534)	43
10. Carta do Pe. Dom João Pedro Carafa a Maria Ayerbo, duquesa de Térmodi (13/03/1534)	54

11. Carta do Pe. Bernardino Scotti ao Capítulo Geral (Veneza, 12/09/1539)	56
12. A cruz como símbolo e emblema.....	63

*Ao Pe. Eugenio Julio Gómez Gonzáles, CR
Prepósito Geral da Ordem de 1985 a 1991.
(in memoriam)*

*"Unidos em Cristo com um uma família peculiar, nossa vida fraterna em comum deve estar de tal maneira impregnada de caridade que, habitando **unius moris** em uma casa, nos façamos imitadores daqueles de que se lê, tinham um só coração e uma só alma (At 4,32) e de nossos fundadores que determinaram levar esta vida apostólica"*

Constituições nº. 07

Uma profunda história para ser em todo tempo renovada

O leitor tem em suas mãos um livro muito sugestivo e propiciador, um bonito e cativante livro de família que abriga dentro de suas páginas uma vontade irrenunciável de refamiliarizar, de incentivar, ou seja, desejos de regresso ao território da própria pertença. Um livro, todo livro, como é sabido, tem em suas entrelinhas muitas indicações e inquietudes, estimula e guia o leitor, vai abrindo-lhe horizontes e chega inclusive a dar-lhe o santo viático que requer toda forma de peregrinação. Todo livro também tem um alento estimulante e protetor. É possível encontrar, graças à sua leitura, repouso e sossego. Devido à proveniência deste livro, não existe para ninguém o perigo de perder sua identidade. Todo livro ao começo e ao fim é, se diz, um guia de caminhantes: nos mostra não somente o lugar para onde nos dirigimos, senão também o lugar de onde viemos. Isto é, todo livro é um lar: em presente indicativo, como na noite de Páscoa, acende-se o pequeno círio no tremor da chama do passado perfeito e se ilumina por completo, pela fogueira, desde o alto, o futuro que vem.

Sugere o poeta Thomas S. Eliot, mais ou menos que todo o tempo futuro é tempo passado, o qual ilumina e fortalece o presente. Todo tempo, de fato, é como um profundo manancial cujas águas fecundam as terras que habitamos ou somos, ou são estímulo para a alma. Acontece cristãmente nos territórios dos carismas que dá à Santa Igreja, o Espírito. Na rica variedade dos campos da Igreja o Espírito, generoso, distribui suas graças e carismas para que a força de seu vendaval não diminua ante qualquer tentação do esconder-se. As diferentes maneiras de vida consagrada são um imponderável presente do Senhor ao seu povo. Sem a vida consagrada o

cristianismo seria menos bonito e atrativo. O cristianismo fundamental leva dentro de si um fermento permanente de reforma. O caso de Caetano Thiene, para ser mais exato. Com seus Clérigos Regulares, aqueles sacerdotes suscitados na Igreja do século XVI, com contínua vontade de reformar-se e reformar. Se não estamos atentos, os muros da casa tendem a quebrar-se. Deve-se remediar o tempo presente conjugando o tempo passado.

Escrevia o teatino Antonio Oliver: o nosso é um carisma concedido à Igreja no século XVI. Se nos atentarmos à sua origem e nos aproximarmos daqueles que, em 14 de setembro de 1524, o professaram em São Pedro de Roma, dificilmente poderemos compreender o caudaloso potencial de história que ali se armazenava, como tampouco será possível entender que a possibilidade de caminhos, de aventuras e de gestos tem ali sua fonte e origem. "Ser teatino não é, pois, um passado, é um futuro. Um futuro que se alimenta e se constrói sobre a riqueza de um passado abençoado largamente pelo céu. A Providência, infalivelmente, acudia a cada dia a mesa dos teatinos, e eles, incansavelmente, recriavam, a cada manhã, a novidade do carisma".

O que diremos resumidamente nesse livro? Que os teatinos – os Clérigos Regulares fundados por Caetano Thiene e João Pedro Carafa -, continuamos presentes na Igreja, todavia ainda que muito modestamente, pela Graça de Deus, e somos chamados a reescrever para os tempos atuais a rica história que recebemos do passado. Com renovado vigor. Com refortalecido entusiasmo. Com múltipla e decidida esperança. "O teatino – insiste Oliver – vive em nós, somos seus herdeiros".

O extraordinário historiador e pensador de nossa Ordem, que foi o venerável mestre Pe. Francisco Andreu, nos deixou o provérbio:

"Nós teatinos estamos aqui não para custodiar um museu de renome e de memórias antigas que nos foram dadas por herança, mas para determinar a perenidade do espírito carismático e da vida de um homem que, nascido cinco séculos atrás, tem, hoje como ontem, valor de guia pedagógico para a conquista da plenitude de nossa vida em Cristo".

Por fim, querido leitor, tens em suas mãos o *Enchiridion Clericorum Regularium* que a Cúria Geral da Ordem dedica "in memoriam" ao muito estimado Pe. Eugenio Julio Gómez, CR, que foi Prepósito Geral de 1985 a 1991, o compilador desta antologia de textos essenciais. Estamos, como se verá, ante um livro de ida e volta, ou de peregrinação às origens e de vontade de lançar-se aos novos tempos que nos chegam com tanta rapidez. No ano dedicado à Vida Consagrada, nós teatinos nos dispusemos a aproximarmos-nos com esperança da fogueira crepitante do carisma daqueles que, como dizia um dos fundadores (João Pedro Carafa "episcopus theatinus", o Papa Paulo IV), não queriam ser "senão clérigos vivendo segundo os sagrados cânones *in communi et de communi et sub tribus votis*, porque entendemos que este é o melhor modo e o mais convincente para se conservar e manter a vida comum eclesial".

Recebam todos e cada um dos membros da grande Família Teatina, religiosas, clérigos e leigos, esta cordial encomenda. Principalmente os mais jovens. Encontrarão nas páginas que seguem o que constitui, de certa maneira, a "fé da vida" da Ordem.

Em Sant'Andrea Della Valle, Roma.

12 de abril de 2014, aniversario da canonização de São Caetano, no ano do Senhor de 1671.

Valentin Arteaga, CR - Prepósito Geral

1. Breve de sua santidade o papa Clemente VII, *Exponi nobis* (24/06/1524)

Ao Venerável irmão João Pedro, bispo teatino; ao amado filho Caetano, presbítero vicentino, e seus colegas e sucessores.

Venerável irmão e amados filhos, saudações e benção apostólica. Fizeste-nos saber, a pouco, que vós, com alguns companheiros, guiados por divina inspiração, e como é possível supor, desejando seguir a Deus com mais quietude e unir-se a Ele mais estreitamente, haveis determinado emitir os três votos substanciais de pobreza, castidade e obediência, fazer juntos vida clerical e com o comum hábito do clero, viver em comum e do comum, e dedicar-se humilde e devotamente ao serviço de Deus, mediante Sua santa graça, sob nossa imediata sujeição e proteção especial e da Sé apostólica.

Para este fim, nos haveis pedido que, aprovando vossos desejos com plenitude de nossa autoridade e desta Sé Apostólica, tomássemos à vosso favor, e de vossos sucessores, as providencias condizentes à realização do vosso propósito.

Nós, que aprovamos de bom grado os piedosos e honestos desejos de todos os fieis cristãos, não podemos fazer menos que louvar de coração vosso projeto e, atendendo às vossas súplicas, benignamente os autorizamos para que, quando bem os parecer:

1. Possais emitir os três votos substanciais da vida religiosa de pobreza, castidade e obediência, e solenemente professá-los nas mãos de qualquer presbítero secular ou regular de qualquer Ordem;
2. habitar juntos em um lugar religioso ou secular que os convenha, ou que permitam seus proprietários, vivendo em comum e do comum, com o hábito de simples clérigos, e com o nome e a

denominação de Clérigos Regulares, sobre a imediata sujeição e a nossa especial proteção e desta Sé Apostólica;

3. eleger anualmente, entre vós, um Superior, que deve chamar-se Prepósito, confirmável por um triênio e não mais;

4. receber a outros clérigos seculares constituídos em qualquer dignidade, e os leigos que, chamados por Deus, querem abraçar este sistema de vida, e, com um prévio exame de aprovação, admiti-los à emissão dos mesmos votos nas mãos do Superior segundo o próprio teor de vida;

5. compor e publicar estatutos, normatizações e constituições, sobre tudo que concerne a esta forma de vida e sobre a reta organização da vida clerical, e, uma vez compostas e publicadas, corrigi-las e reformá-las quando necessário, ou mudá-las total ou parcialmente, ou fazer outras novas e ajustá-las à elas;

6. compor e publicar o que melhor vos parecer, de modo especial o que se refere à celebração ou recitação da missa e dos demais Ofícios divinos, contanto que sejam lícitas, honestas, razoáveis e conforme os bons costumes e os sagrados cânones.

As quais, uma vez compostas, publicadas, reformadas, estabelecidas, mudadas e ordenadas, e apresentadas a Nós ou nossos sucessores, devem ser aprovadas e confirmadas pela autoridade apostólica, e como tais serem consideradas.

Além disto, com plena deliberação, e usando da plenitude de nossa autoridade apostólica, concedemos a perpetuidade, tanto a vós como a vossos sucessores, para que possais usar, servir-se e desfrutar, tanto vós como vossas pessoas e lugares, de todos e cada um dos privilégios, isenções, imunidades, indulgências, faculdades, autorizações, privilégios, indultos, favores, concessões e graças espirituais que gozam e possuem, e que no futuro gozarão ou

possuirão os Cônegos Regulares da Congregação Lateranense, com suas pessoas e lugares, cujo teor, em virtude das presentes, mandamos que seja considerado como suficientemente expresso e transcrito, palavra por palavra, de modo que as palavras apostólicas sobre aqueles privilégios, isenções, imunidades, concessões e graças concedidas aos mesmos, ou que serão concedidas, possam e devam ser entendidas, mudando somente os nomes, sobrenomes, lugares e datas, como se toda e cada uma das regras acima, não somente as cláusulas gerais, mas todas e cada uma de suas palavras, tivessem sido outorgadas a vós, expressa e especialmente, naquele mesmo dia e em virtude destas cartas.

Para tudo isso vos concedemos livre e plena autoridade, os dispensando de qualquer impedimento ou dificuldade, sem que impeçam o nome, a dignidade e o ofício episcopal que Nós, mediante outras Cartas, reservamos ao referido João Pedro, nem as constituições e ordenações apostólicas, gerais e especiais, ainda que reforçadas por juramento ou por qualquer outra garantia, ainda que fosse preciso especificá-las em cada um dos seus termos, as quais damos por especificadas, e pelo efeito da presente, especial e expressamente abolimos, sem que obstem quaisquer outras coisas em contrário.

Dado em Roma, junto a são Pedro, sob o anel do pescador, no dia 24 de junho de 1524, primeiro do nosso pontificado.

Giacomo Sodoletto

2. Breve de confirmação dos Clérigos Regulares, de sua santidade o papa Clemente VII, *Dudum pro parte vestra* (07/05/1533)

Ao venerável João Pedro, bispo teatino, e aos amados filhos Caetano (presbítero vicentino) e seus companheiros e sucessores, Clérigos Regulares.

Venerável irmão e amados filhos, saudação e benção apostólica.

Tendo exposto tempos atrás que vós, com alguns companheiros, movidos por inspiração divina, desejosos de servir a Deus com maior quietude de espírito e unidos a Ele mais intimamente, tínheis decidido emitir os três votos substanciais da vida religiosa, de pobreza, castidade e obediência, e viver comunitariamente, com traje de simples clérigos, ocupados com o favor divino nos ministérios próprios da vida sacerdotal, sobre a humilde e imediata sujeição a Nós e a esta Sé apostólica. Nós, cedendo às vossas súplicas, os concedemos então, que quando vos parecesse bem, poderíeis emitir publicamente os três votos, substanciais da vida religiosa de pobreza, castidade e obediência, e professar solenemente nas mãos de qualquer presbítero secular ou regular e viver em comunidade, com o traje de simples clérigos, com o nome e a denominação de Clérigos Regulares, *in comuni et de comuni*, nos lugares religiosos ou seculares à vossa livre escolha, com a autorização de seus donos, sobre a imediata dependência e Nossa proteção e desta Sé apostólica. Do mesmo modo, os concedemos pudésseis eleger anualmente a um dos vossos que fosse o vosso superior, como o nome de Prepósito, com a faculdade de reelegê-lo por um triênio e não mais.

Também que pudésseis receber a outros, tanto leigos como clérigos, ainda que constituídos de dignidades, os quais, movidos por Deus, sentissem o desejo de levar o mesmo gênero de vida, e, após um ano de provação, recebê-los à Profissão, nas mãos do superior Prepósito, admitindo-os para tomar parte da vossa comunidade.

Também compor quaisquer tipo de estatutos, normatizações e constituições sobre todas e cada uma das coisas concernentes ao vosso sistema de vida, e tudo quanto fosse conveniente a clérigos devotos e honestos.

Quanto à celebração da missa e a oração das Horas canônicas, os concedemos a faculdade para compor e publicar o que melhor os parece, para corrigir e reformar, no transcurso do tempo, total ou parcialmente, o que havíeis composto e publicado, e voltar a compor e ordenar segundo creiais conveniente, sempre que seu conteúdo fosse lícito, honesto, razoável e conforme os bons costumes e aos sagrados cânones, e ajustados a ele. Tudo o que, uma vez composto, reformado, estatuído, ou mudado e ordenado por vós, e apresentado a Nós ou nossos sucessores, tendo sido aprovado ou confirmado por autoridade apostólica.

Também que todos e cada um dos privilégios, isenções, imunidades, indulgências, faculdades, liberdades, autorizações, indultos, favores, concessões e graças espirituais e temporais de que gozavam e atualmente gozam, ou gozarão no futuro, os Cônegos Regulares da Congregação Lateranense, suas pessoas e lugares, possais vós também usá-los, gozar e desfrutar dos mesmos em vossas pessoas e lugares, da forma que as Cartas Apostólicas que tratam dos referidos privilégios, isenções, imunidades, concessões e graças a eles concedidas e que adiante se concedam, possam e devam ser consideradas como expedidas em vosso favor, mudando somente os

nomes, sobrenomes, denominações e datas *ad libitum vestrum* (à vossa escolha), como se todas e cada uma das concessões, não somente em suas cláusulas gerais, mas no teor de todas e cada uma de suas palavras, tivessem sido concedidas expressa e especialmente a vós.

Mais tarde, tendo-nos exposto que era vosso desejo, depois de emitir os votos, levar uma vida clerical e dedicarem-se à pregação, ao atendimento de confissões, ao estudo da Sagrada Teologia e Direito Canônico, para proveito de vossas almas e dos fiéis cristãos, Nós, entendendo as vossas súplicas, concedemos benignamente a vós *pro tempore* (por certo tempo), a faculdade de vos dispensar da oração do Ofício Divino, bem como a vossos clérigos e companheiros ocupados com tais ministérios, no estudo das letras Sagradas, ou impedidos por enfermidades ou por serviço aos enfermos, no sentido que, os assim ocupados ou impedidos, rezem certo número de salmos recomendados pelo superior, não menos que sete ou seis espaçados, sete vezes a oração dominical e o símbolo dos apóstolos, e, aos gravemente enfermos, uma vez por dia a oração dominical e sete ave-marias, considerando-se que assim satisfazem a oração das sete Horas canônicas e todo o Ofício diurno; e ainda, que possam autorizar a vossos clérigos e companheiros a antecipar ou postergar, juntar ou dividir, em conjunto ou em particular, as Horas canônicas, assim como abreviar ou omitir os *Exercícios*¹.

Também para dispensar dos jejuns de preceito e quaresmais, e conceder que se possa fazer a refeição vespertina, chamada colação, licitamente e sem pecado.

¹ Os Exercícios Espirituais – Retiros.

Finalmente, e em virtude da nova Carta, os concedemos que, tanto vós reciprocamente, como outros sacerdotes seculares ou religiosos, por vós eleitos, com licença dos vossos superiores ou desta Sé apostólica, possais e possam também eles, em vossas mútuas Confissões (sacramentais) usar a formula seguinte:

Misereatur, etc.

Indulgentiam, etc.

Dominus noster, Jesus Christus te absolvat, et ego auctoritate ipsius et beatorum apostolorum Petri et Pauli mihi concessa absolvo te ab omni vinculo excommunicationis maioris vel minoris, suspensionis et interdicti, et dispenso et ab omni irregularitate quam quomodocumque incurristi et restituo te sanctis sacramentis Ecclesiae, unionisque et participationi fidelium, in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Amen. (Nosso Senhor Jesus Cristo te absolva e eu, pela autoridade Dele e dos bem aventurados Apóstolos Pedro e Paulo, a mim concedida, absolvo-te de qualquer vínculo de excomunhão, maior ou menor, de suspensão ou interdito, e te dispenso de qualquer irregularidade na qual de algum modo incorreste, e te restituo aos santos sacramentos da Igreja e à união e participação dos fiéis, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.)

Pela segunda vez e, com a mesma autoridade, mediante outras Cartas expedidas em forma de *Breve*, ampliamos e estendemos a anterior concessão no sentido de que a referida

fórmula pudesse ser usada não apenas nas confissões de sacerdotes, como na dos clérigos e leigos de vossa congregação *pro tempore existentibus* (existente por certo tempo), que se confessem convosco, o que concedemos perpétuamente, em virtude de nossa autoridade apostólica, segundo consta extensivamente nas Cartas referidas.

Agora, segundo nos expuseram em vosso nome, para assegurar a estabilidade de tudo que até aqui se fez, é vosso desejo que Nós procedamos com a sua confirmação, e que certas modificações que julgais ser convenientes introduzir, sejam por Nós sancionadas. E com este objetivo, nos foi solicitado de vossa parte que benignamente nos dignemos prover cada coisa que foi indicada. Nós, que atendemos as súplicas de todos os fiéis cristãos, e especialmente os que servem a Deus na pobreza, castidade e obediência, acedendo às vossas instâncias, renovamos pela presente em favor do vosso Instituto, já amplamente aprovado e recomendado no Senhor, todas as anteriores concessões, e em atenção aos piedosos desejos que nos haveis pedido, para a perpetuidade, estabelecemos:

1. Que deveis sempre viver sobre a humilde sujeição e especial proteção do Romano Pontífice e desta Sé Apostólica, absolutamente livres e isentos de qualquer outro superior, sujeitos exclusivamente ao Romano Pontífice e a vosso superior canonicamente eleito.

2. Que qualquer um que abrace vosso Instituto, e seja admitido à Profissão no modo e na forma antes ditos, considere que faz o voto Religioso.

3. Que vossos superiores *pro tempore*, acabando o triênio para o qual haviam sido confirmados, podem ser eleitos para outro lugar, e confirmados neste cargo durante o triênio imediato.

4. Que possais usar as vestes com mangas curtas sob o hábito, e que tanto o que tem a ver com o hábito, como o que concerne às cerimônias e aos ofícios eclesiásticos, quanto tudo que se refere às refeições, vos atenhais aos louváveis costumes e usos dos clérigos exemplares e virtuosos da cidade ou do lugar onde agora se encontrais ou se estabelecerem a diante.

5. Que possais eleger entre vós a um que, com a denominação de Arcipreste, cuide dos interesses espirituais da Comunidade; a outro com o nome de Arquediácono, cuide das coisas temporais; e um terceiro que se chame Pároco, exerça o cuidado das almas a vós encomendadas.

6. Que na benção da mesa o façais simplesmente com o salmo *Laudate Dominum omnes gentes*², e não vos seja necessário recitar algum outro.

7. Que nos vossos Capítulos somente tenham voz aqueles a quem capitularmente seja concedido, e que os demais não intervenham nem tenham voz nos mesmos.

8. Ordenamos, da mesma forma e estabelecemos, para sempre, que possais usar e desfrutar de todos e de cada um dos privilégios, indulgências, prerrogativas, isenções, imunidades, graças e indultos, sejam quais forem, e de quantos se tenham concedidos e adiante se concedam, temporais e espirituais, em especial, em geral e em comunicação, por qualquer Romano Pontífice predecessor ou sucessor nosso, e como tais considerados pela Sé Apostólica, aos monges Cluniacenses e Cistercienses, e aos frades das Ordens mendicantes e não mendicantes, e de todos os privilégios de que eles podem ou poderão usar e desfrutar, tanto em vida como em questão

² Salmo 117

de morte, referentes ao relaxamento de penitências e quaisquer outras, ordenando, pela presente, que no futuro e para sempre, gozeis, possais e devais desfrutar de todos aqueles privilégios e ser participantes dos mesmos como se aqui estivessem estabelecidos palavra por palavra.

Estendendo e ampliando em vosso favor os referidos privilégios, indulgências, prerrogativas, isenções, imunidades, graças e indultos concedidos, segundo o que foi dito aos monges e aos frades mencionados, de temporal ou espiritual, em especial, em geral ou comunicativamente, declaramos e estabelecemos que tenham lugar e surtam pleno efeito entre vós.

Não obstem as constituições e normatizações, tanto apostólicas como vossas e das referidas Ordens, ainda que apoiadas em juramento, confirmação apostólica ou de qualquer outra maneira, nem estatutos, costumes, nem quaisquer outras coisas contrárias.

Asseguramos ainda que as cópias da presente, subscritas pela mão de um Notário Público e referendadas com o selo de uma pessoa constituída de dignidade eclesiástica, tem o mesmo valor em todas as partes, tanto em juízo como fora dele, e mereçam a mesma fé que as Cartas originais.

Dado em nossa Cidade de Bologna, sob o anel do pescador, no dia 07 de março de 1533, décimo do nosso pontificado.

Blosio

3. Carta do Pe. Bonifácio de Colli a Dom João Mateus Giberti, Bispo de Verona (sem data, mas do primeiro decênio de fundação da Ordem)

Nosso sistema de vida se fundamenta nos sagrados cânones e nas obrigações derivadas da Profissão dos três votos de pobreza, obediência e castidade. Nosso hábito e nossos costumes são os mesmos dos demais clérigos.

Em relação à pobreza, ninguém possui casa própria, mas todos vivem em comum e do comum. Não se permite mendigar, proibição vinda dos cânones. Os nossos vivem de ofertas espontaneamente oferecidas pela caridade dos fiéis. Assim mesmo, onde seja possível, do início ao fim, servem gratuitamente o altar e o evangelho. Nem os cânones, nem nossa Profissão nos proíbem de possuir rendas fixas: porém, por muitas razões, e ensinados pela experiência, não nos preocupamos em tê-las.

A castidade nos obriga, não somente à integridade do corpo, mas também a dos sentidos, a guarda da língua e, o quanto seja possível, a pureza dos pensamentos e a sobriedade nas refeições. Fugamos do relacionamento com mulheres, mesmo das mais santas e honestas, porque assim nos mandam os cânones. Se o força a inevitável necessidade ou a demanda da caridade, o prelado resolva, e os súditos obedeçam.

A obediência se deve em primeiro lugar, ao prelado e aos sacerdotes, ao Primeiro, o Vigário de Deus, e aos segundos, como a seus ministros. Depois, aos outros irmãos, que mutuamente se obedecem e se servem pela caridade. Porém, faça-se tudo com ordem, como prescreve o apóstolo. Ninguém usurpe, portanto, a autoridade do prelado nem o ofício dos demais, nem se arrogue o

direito de mandar. Não perca de vista o superior, que não existe entre nós preceito algum que, se não cumprido, incorra em pecado, a não ser os mandamentos de Deus ou da Igreja, ou alguma obrigação derivada dos três votos.

O prelado é eleito anualmente, podendo ser reeleito até por um triênio, quando assim o determinarem aqueles que tem votos no Capítulo. A eleição ou reeleição deve ser feita em conformidade com as prescrições canônicas, pela totalidade do Capítulo ou pela maior parte de seus componentes, tendo sido convocados de antemão, e aguardando-se prudencialmente a chegada dos ausentes.

Nenhum candidato à Ordem é admitido ao noviciado ou à Profissão, sem antes ser submetido a uma longa prova, exercitando-se e sendo experimentado durante muito tempo, não inferior a dois ou três anos. Para a admissão é indispensável o consentimento de todo o Capítulo. O noviço, desde o primeiro dia, é confiado a um religioso que o instrui, com a ajuda de Deus, informando-o sobre a nova vida.

O Ofício Divino, tanto noturno como diurno, costuma ser recitado, com frequência, no coro unicamente pelos clérigos e pelos presbíteros, segundo o rito romano; observando-se, desta forma, os costumes da Igreja ou da diocese onde moramos, em tudo o que não se oponha à Igreja católica.

Os sacramentos são administrados gratuitamente e somente por aqueles que são designados pelo prelado, e para as pessoas apontadas por ele. Coloca-se em sua administração toda diligência e a maior pureza de intenção, atendo-se fielmente aos termos dos privilégios e isenções da Sé Apostólica, sem abusar da imunidade que nos foi concedida, e salvaguardando sempre a reverência ao prelado e juiz ordinário.

O modo de celebrar as missas e de rezar o Ofício Divino, a maneira de ler, de pronunciar e de cantar no coro e na Igreja, segundo as rubricas autênticas e antigas do missal e do breviário romanos, serão descritos em particular, com algumas outras regras, muito breves e fáceis, da mesma forma que aquilo que deveis reter ou, conforme o caso, omitir nos Ofícios dos santos.

Não nos é imposta nem proibida qualquer forma de vestimenta, nem determinada cor, desde que não se oponham à vida dos Clérigos honestos e aos sagrados Cânones, nem sejam contrárias ao uso do clero de nossa cidade ou diocese.

Nenhum presbítero ou clérigo jamais saia sozinho de casa, mas com um companheiro, depois de ter rezado diante do altar e de ter recebido previamente a benção do prelado. A mesma coisa seja feita no retorno. Aos leigos e aqueles que cuidam da administração da casa, mesmo que sejam clérigos, ser-lhes-á permitido algumas vezes sair sozinhos, feita a oração e recebida a benção, como já se disse.

Duas vezes por dia, dado o sinal, voltamo-nos para a oração, que fazemos cada um em seu lugar, ou na própria cela, rezando no silêncio e na tranquilidade. Pela manhã, depois do Ofício matutino e à tarde, ao anoitecer ou ao meio dia, se for verão.

São observadas com o maior empenho os jejuns da Igreja. A estes acrescentamos, por costume, o jejum das sextas-feiras durante todo o ano, bem como os do Advento do Senhor, que mesmo não sendo obrigatórios, são aceitos livre e espontaneamente. Na mesa comum, nunca falta a leitura sagrada, tirada das Escrituras ou dos santos doutores, ouvida por todos em profundo silêncio. Ninguém pode comentá-la a não ser o prelado.

Não permitimos que algum costume, ou modo de viver ou ritual, tanto no que diz respeito ao culto divino ou que aconteça, de qualquer forma, na Igreja, como no que toca à vida comunitária ou que costumamos realizar dentro ou fora de casa, tenha fora de preceito, nem nos obrigue em consciência; a menos que se trate de um preceito divino ou de uma constituição da Igreja, ou alguma obrigação derivada dos três votos.

Seria prolixo demais especificar em detalhes as particularidades da nossa vida. Por isso, quem deseja conhecê-los faça o que diz o Senhor, ouvindo o convite que diz: *Vem e vê*. Conhecerá, entre outras coisas, nosso modo particular de receber os hóspedes, como são provados e exercitados os noviços, e como legitimamente se admite-os à Profissão; de que maneira se confia aos professos, sejam leigos, clérigos ou sacerdotes, algum Ministério ou ofício para ajudar, por amor de Cristo, a utilidade comum e à necessidade de cada um.

Conhecerá igualmente com que devoção e fidelidade deve proceder cada um em seu Ministério ou ofício, vencendo-se sempre a si mesmo para ser útil aos outros e acomodar-se a seu querer, como convém aos servos de Deus, não somente naquelas coisas que se praticam em comum, no coro ou na igreja, mas em tudo o que se refere em particular ao cargo de cada um, como o de sacristão, bibliotecário, roupeiro, porteiro, hortelão, cozinheiro, e todos os demais ofícios, ainda que mais simples e humildes; como também deverá ser levado em conta o que se deve ser observado em relação aos estudos.

Entenderá, sobretudo, o que é mais importante, e, por exclusão, o que é mais útil, isto é, a força dos votos, e o fim a que se propuseram ao professá-los, o que nos faz estar reunidos em nome

de Nosso Senhor Jesus Cristo – a caridade. Aprenderá, pelo contato diário com a Palavra do Senhor, e sua eficácia, o que se diz: *Aquele que quer vir depois de mim, renuncie a si mesmo, tome sua cruz e siga-me*, entrando pela porta estreita, e percorrendo o caminho do pranto e da penitência, para conseguir a meta da mais perfeita, a Caridade. Porque toda renúncia é inútil, para os que deixaram o mundo, se não vivem com o máximo empenho de dominar a concupiscência e de conseguir a caridade. Esta caridade só se mantém, nas palavras de Sto. Agostinho, quando a ela servem as obras, as palavras e o semblante. Quando à caridade se ajustam os votos, a Profissão e a Congregação, então nós somamos. Faltar com a caridade é tão grave, entre nós, como irar-se contra Deus, pois sabemos que de tal modo ela foi recomendada por Jesus Cristo aos apóstolos que, onde falta a caridade, falta tudo e, possuindo-a, se possuem todas as coisas.

Bonifácio de Colli

4. Carta do Pe. Dom João Pedro Carafa, *episcopus theatinus*, a Dom João Mateus Giberti, bispo de Verona (01/12/1532)

(fragmento)

Há quatro anos nos pedem, de Nápoles, as ilustres personalidades, para que aceitemos o lugar que edificaram para nós. Veio de lá, para visitar-nos e para jogar-se em nossos braços, um clérigo que aí morava – Severo Tizzone – e, desde que está conosco não cessa de pedir-nos, antes insiste cada vez mais, falando das inúmeras necessidades de pessoas particulares e dos senhores eleitos em nome da Cidade, como vossa Senhoria apreciará pela carta que acompanha, cópia da que, em tal sentido, a Cidade nos enviou.

Tudo isto causa em nós profunda perplexidade, já que nos parece errado não atender à devoção e à estima que nos demonstra uma cidade tão ilustre, e, sobretudo, ante a dúvida que implica resistência à vontade do Senhor, a qual pode ser um pequeno indício da contínua atitude daqueles que nos querem bem. Por outra parte somos poucos em número e menos ainda em qualidade, e temos perfeita conta da dificuldade do serviço, da impossibilidade de responder às expectativas que ali reinam e do vantajoso conceito que formaram sobre nós. Ter que dividir-nos causa em nós profunda consternação, e não temos a ideia de ter que viver separados e à distância tão grande. Nos entristece apenas em pensá-lo. Nos é pedido que vão dois para examinar o lugar e ver se nos convém aceitá-lo. Porém é claro que, nesta hipótese, não bastariam dois nem quatro, para viver como bons clérigos.

Por estas e outras razões, vendo o assunto tão difícil e não sabendo o que decidir, optamos pelo que estamos certos ser a vontade de Deus, e pedir a sua Santidade, por meio de vossa reverendíssima, se digne fazer-nos merecedores do oráculo de sua santa boca, e de pronunciar apenas uma sílaba: sim ou não, para a direita ou para a esquerda. E neste sentido temos que pedir-lhe, com a mais viva insistência, que Vossa reverendíssima nada diga em prol ou contra o projeto, apenas que se limite a expô-lo e deixar que Cristo, livremente, por meio de seu Vigário, manifeste sua vontade.

Nos seria de grande consolo que Sua Santidade, em breves linhas, nos indicasse o seu querer. Porém se isso não é possível, digne-se Vossa reverendíssima, avisar-nos particularmente, o mais rápido possível. Vou explicar-me melhor: se o Papa diz que não, basta que Vossa reverendíssima no-lo indique por carta. Porque, em tal caso, cuidaremos de desculparmo-nos com aqueles senhores, sem mencionar, para nenhum efeito, o Papa nem a Vossa reverendíssima, pretextando a gravidade do empreendimento e a nossa incapacidade da melhor forma que se possa fazê-lo. Porém, se diz que sim, então, Sr. Bispo, nos seria muito necessário um *Breve* do Sumo Pontífice, e isto de muitas maneiras, não apenas para nós, mas para os que venham depois, tanto mais se seu conteúdo exala-se benevolência paternal e pontifícia, que nos recordaria o estilo de seus santos predecessores...

1 de dezembro de 1532

Tuus in Christo servus osequens
João Pedro *Episcopus Theatinus*

5. Carta do Pe. Caetano Thiene ao nobre veronês Francisco Capello (Referida à admissão do poeta Marco Antonio Flaminio – 17/02/1533)

Charissime in Christo frater: Estes dias nos chegaram três cartas vossas. A presente é em resposta à que se referia à pergunta do senhor Marco Antonio, nosso amigo.

Tomamos em consideração e temos nos ocupado do que solicita nosso amigo. Apresentamos, *pro modulo nostro* (do nosso jeito), este seu desejo ao Senhor, e depois, reunidos novamente, nos parecia que entendíamos o que era conveniente ao nosso Instituto, e a quantos, como nós mesmos, tenham colocado a mão no arado, segundo a expressão evangélica.

É indispensável habitar *unius moris in domo* (em uma mesma casa) e seguir a vida comum enquanto esta não prejudica a saúde do corpo e da alma. É próprio dos servos de Deus que, juntos na mesma grei, suportando o jugo de Cristo, sob o cuidado do mesmo pastor, fugir da singularidade e de toda irritante diferença.

Os que vivem em comunidade não foram chamados todos na mesma hora do dia, mas conforme a escolha do bom Pai de família, o qual não deixou de dizer mais de um talvez, à undécima hora: "*quid hic statis tota die ociosi?*" (por que estais aí, ociosos todo o dia?). Por este motivo que, em uma mesma companhia, há pessoas de diversas idades, diversos estados de saúde, de diversas opiniões de diversas virtudes. Por isso faz falta seguir a norma que o Espírito Santo inspirou a nossos santos pais – os apóstolos – dos quais está escrito: "*distribuebatur unicuique prout cuique opus erat*" (distribuído segundo a necessidade de cada um). Norma que santo Agostinho fez sua, e comenta com estas palavras: "*non aequaliter omnibus, quia*

non aequaliter valentis omnes" (não igualmente à todos, porque nem todos são necessitados).

Chegando particularmente ao caso do senhor Marco Antonio, se nosso amigo espera que nesta pobre companhia encontrará comodidade para ignorar o mundo e adentrar nos caminhos de Deus, será vã sua esperança se esta não se funda na convicção de que nos guia e nos governa apenas a bondade divina, pelos exemplos e doutrinas dos aludidos santos padres e por Sua regra antes mencionada, não inventada por nós, nem fundada pelo parecer ou vontade dos homens.

Se ele está persuadido de que a bondade do Senhor nos congregou, nos mantém e nos governa, deve admitir igualmente que, se tem o desejo de morar entre nós perpétua ou temporariamente, para servir à Majestade de Deus e ministrar a sua salvação, a mesma bondade não há de negar-nos inteligência para conhecer suas necessidades, nem caridade para suportarmos suas debilidades de corpo e alma, nem os necessários recursos para dar-lhe de comer na medida em que se convenha.

Por conseguinte, se nosso irmão o senhor Marco Antonio tem a vontade de abraçar nosso Instituto, é preciso persuadir-se de que, o tempo que Deus deseja que ele sirva em nossa Companhia, deve, livre e absolutamente, jogar-se aos pés de Cristo e confiar-se a nosso cuidado, renunciando à sua liberdade, a todo arbítrio de si mesmo e a faculdade de dispor, como proprietário, de alguma coisa *pro tempore*, como renunciámos a estas coisas nós que vivemos congregados sob o jugo de Jesus Cristo.

Se isso lhe parece duro, é manifesto que não crê que Deus está conosco, nem que é Ele quem nos governa; e se nisto não crê nosso amigo, não há porque desejar viver em nossa Companhia, já

que, se nos tira a proteção e o consolo da divina Bondade e a esperança de servir à Majestade divina, pela sua santa Graça, tudo o que resta é repulsivo e verdadeiramente odioso, na linguagem do mundo.

Mas, se não o alcançarem as forças para abraçar a cruz desnuda, pensa habitar temporariamente com estes servos do Senhor, disponha-se a sacrificar-se nas condições antes ditas, e ordene desde já suas coisas a fim de que, quando vier, esteja totalmente livre dos assuntos mundanos. Tenha confiança em Deus e perceba que, por nossa parte, não aceitamos os seus bens, nem nada por via de esmolas, e menos ainda estamos dispostos a arcar com os sofrimentos acarretados pela administração dos mesmos, para que estas coisas não nos sirvam de distração prejudicando a paz.

Concluindo, se ele, apesar de tudo, persiste em querer vir, não deve pensar em outra coisa que mortificar o seu julgar e sua vontade, de forma que entre ele e nós não exista mais diferença, mas que vivamos cravados na cruz, e ele é livre de deixar-nos quando bem parecer a ele ou a nós.

Isto tudo evidentemente deve ser avisado a nosso reverendíssimo Padre bispo de Verona. O que não seria preciso, no entanto, se nosso Marco Antonio sentisse-se bem para dar-se absolutamente ao serviço de Jesus Cristo. Entendendo-se então que, neste caso, ninguém o poderia impedir, e não se deve pensar que o reverendíssimo Padre faria o que não deve nem pode. Mas sendo tão imperfeito o desejo de nosso amigo, e sua vocação tão duvidosa e tão exposta à inconstância, não nos parece prudente dar um passo neste assunto sem a licença e a benção do reverendíssimo Padre.

Vosso irmão em Cristo, O Prepósito e vossos irmãos os
Clérigos Regulares

Bene vale in Christo, Venetiis, 17 de fevereiro de 1533



São Caetano Thiene
G. B. Tiepolo, 1696-1770
Museu nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro

6. Carta do Pe. Dom João Pedro Carafa a Dom João Mateus Giberti, bispo de Verona (01/01/1533)

Reverendíssimo *in Christo Pater*: a humaníssima carta de vossa reverendíssima do dia 19 do mês passado, preencheu nos corações da mais doce alegria. Por ela, vossa reverendíssima, não só nos livra do temor de ter sido excessivamente inoportunos, mas pela sua grandeza de alma, e tão entranhado amor que professa à nossa Companhia, depois de ler sua carta, tivemos a impressão de tê-lo pedido pouco.

Para responder em particular ao que vossa reverendíssima nos escreve, todos o agradecemos com a alma pela sentida humildade com que nos outorga, pela Bula, as graças que pedimos. E aplaudindo seu propósito com nosso coração, rogamos fervorosamente a Deus que se digne dispor o animo de Nosso Senhor e do seus ministros de modo que vossa reverendíssima possa expedir-la conforme os votos de todos e segundo as necessidades desta pobre Companhia.

Sentimos a importância da expedição de dita Bula em favor desta Companhia, já que não é todo dia ocasião de conseguir tão vantajosas condições. Sabemos bem que aprouve a Deus congregar esta Companhia e dar-lhe vida em Sua santa Igreja pelas mãos de Sua Santidade, e que à divina clemência se deve a conservação da vida do Sumo Pontífice, apesar dos múltiplas preocupações deste pontificado, e a manutenção desta Companhia, cujo crescimento é devido a sua soberana benção.

Por todas estas razões, parece que Sua Santidade poderia abençoar este humilde projeto, obra de suas mãos. E vendo que, pela

Graça de Deus, não está apenas verde, nem tampouco estéril, seria razoável que a cultivasse e a regasse com alguma graça para que produzisse maiores frutos.

Mas, sejam quais forem as razões, pelas muitas ocupações que pesam sobre o Vigário de Cristo, não contam muita coisa, por não disporem de um meio idôneo que as angariasse valor. Está nisto, a meu parecer, a mais clara manifestação do favor divino para conosco, em que se tenha dignado, em sua bondade, conservar a pessoa de vossa reverendíssima para que, como nos alcançou do mesmo Pontífice a primeira graça da fundação, nos conceda agora igualmente a estabilização da mesma com a aprovação definitiva e as demais graças oportunas, em razão de que nós e os que depois virão, possamos em paz e quietude consagrarmos-nos ao serviço de Deus e pedir-lhe pela saúde temporal e eterna de nossos fundadores e amigos.

O primeiro, pois, que se deseja é a aprovação definitiva deste Instituto Clerical, destacando que não se trata de fundar uma nova Congregação – monástica ou mendicante - , como de fato não queremos nem podemos. E ainda que pudéssemos não quereríamos, pois p que pretendemos é isto: *não ser outra coisa que Clérigos levando uma vida clerical "in communi et de communi" segundo os sagrados cânones".*

Em segundo lugar, desejaríamos que a aprovação da qual se trata, desse-nos as condições para que nós e nossos sucessores não apenas tenhamos consciência da aprovação definitiva, mas que possamos exibi-la contra a insolência de alguns frades que andam propagando por aí que não há mais Congregações aprovadas fora as que Professam as quatro regras. O que não pode ser mais falso, já que estão aqui os Cartuxos, para não citar outro exemplo, que vivem

fora destas regras e, contudo, estão aprovados *per apostolicam sedem* (pela Sé Apostólica). Isto serviria também, para sair do caminho do escrúpulo sobre si que está obrigado *ex voto ad ingressum religionis saltem in genere*, cumprindo o que se vê aqui, o que ficaria claro ser uma Congregação aprovada. Seria, pois, declarado na Bula, para evitar tais escrúpulos, já que sendo coisa por demais aprovada o estado clerical, e tendo, com a aprovação dos três votos, todo o essencial de qualquer Congregação, não vejo a que Instituto se possa melhor que a este outorgar a aprovação e os privilégios que se pedem. Não falo das pessoas, me refiro somente à obra, que é verdadeiramente bela e cristã, sendo eu por certo indigno de contar-me entre seus membros. Por isto rogamos a vossa reverendíssima que coloque sob este ponto especial atenção.

Como queira que já se pensa em fundar em outros lugares, por ter aumentado a obra em numero de religiosos, desejamos deixar de lado determinados escrúpulos a que poderiam dar lugar alguns pontos do primeiro Breve e alguma expressão dos cânones, por exemplo o que se refere ao Preposito da Congregação *eligendo pro singulis annis* y (escolhido para cada ano e) confirmado somente *per triennium* (por um triênio). Tendo em conta a escassez de pessoal apto, seria bem que o Preposito pudesse ser reeleito se *expediret ad aliud triennium* (prepara-se para mais um triênio) em outro lugar, de forma que a expressão "*não confirmável por mais de um triênio*" se entenda *in eodem loco* (no mesmo local).

Para isso podem haver pessoas escrupulosas que "*nimis iudaice inhaerent litterae*" (apeguem-se à própria letra) e incomodem com um cem número de minúcias de pouco ou nenhum sentido, *exempli gratia* (por exemplo) com o Canon da *vita et honestate clericorum, de vestimentis, clausis desuper* (da vida e do caráter do

clero, do hábito, sendo fechado desde cima), etc. E eu vejo a sacerdotes muito dignos, nestas terras e em outras, que usam hábitos com mangas e colarinho, com seus capuzes às costas, convenientes e discretos, os quais me parecem hábitos de clérigos fervorosos e honestos, mais talvez que aquele outro de mangas enormes e capas extravagantes; desejaríamos que a Bula trouxesse uma declaração como esta: *quam circa alias ceremonias, vel in officiis ecclesiasticis, vel in reliquo vitae cultu sevando, possemus convenire cum moribus et laudabilibus consuetudinibus bonorum clericorum eius civitatis vel patriae in qua nos versari pro tempore contigerit* (tanto sobre as vestimentas, como sobre as cerimônias, nos ofícios eclesiásticos, e em todas as outras ocasiões da vida, possais estar de acordo com os costumes louváveis praticados pelos bons clérigos na sua cidade, país ou em quaisquer outros lugares e tempos) sem adicionar *dummodo cacrís canonibus non sint contraria* (nada que seja contrário aos cânones), para que em seguida não me saiam com o *clausa desuper* (fechados desde cima), etc.; e me encontre mais perplexo e desorientado que antes.

Similiter in nominibus diversorum officiorum (do mesmo modo o nome dos diversos Ofícios), que se possa utilizar a terminologia consagrada pelo costume, *et in hoc etiam sequi consuetudinem patriae et qualitatem ecclesiarum vel locorum* (neste lugar, e para seguir o costume nas igrejas e em outros lugares), para conservar a uniformidade na Companhia e evitar que, com o tempo, pela diversidade de lugares viesse a faltar, seria bem que, não somente nos lugares distintos mas *in eodem loco pro numero personarum et necessitatis vel utilitatis exigentia vel decentia, sub PRAEPOSITO possemus constituere ARCHIPRESBYTERUM, qui sub eodem Praeposito in spiritualibus curam generet animarum et*

divinorum officiorum; et simiter in administranda cura temporalium aliquem ex fratribus nostris ARCHIDIACONUM nuncupatum ut in omnibus NOSTRUM CLERICALE INSTITUTUM ET CONSUETUDINEM (em um mesmo lugar, segundo o número de pessoas, pelas necessidades e utilidades requeridas, pudéssemos constituir o Prepósito como Arquiepiscopado, e a quem for eleito Prepósito, em questões de espiritualidade, recaem a gerência das almas e o Ofício divino; e para administrar as coisas temporais um dos nossos irmãos, chamado por todos de Arquidiácono, do nosso Clerical Instituto segundo o costume). Não porque, em nossa humildade, se nos darão nomes de alta sonoridade ou de ninharias deste sentido, mas antes para evitar que, no melhor dos dias, para qualquer cérebro irregular que diga Padre "Fulano" ou Padre "Sicrano", ou outras sutilezas, se atenham antes ao que está em uso entre os sacerdotes, ao que se acostumou na Igreja, e está de acordo com os sagrados cânones.

E porque a experiência ensina que nem todos os que são aptos para servir ao Senhor sob o jugo da santa obediência o são igualmente para governar aos demais, em virtude das faculdades recebidas pela Santa Sé, acordamos e estabelecemos que, entre os irmãos que agora somos, e do que serão *pro tempore* membros desta Companhia, somente tenham voz no Capítulo os que sejam *ad hoc capitulariter et specialiter* (para isso capitulares especialistas) eleitos e chamados. *Coeteri vero quantumlibet sint professi vel in sacris, etiam in sacerdotio constituti, non intelligantur habere vocem in Capitulo nisi ad id per Capitulum specialiter assumantur* (o resto dos professos sagrados, mesmo que constituídos sacerdotes, não tem voz no Capítulo, exceto se assumirem como Capitulares especialistas). Isto se faz porque entre as pessoas que chegam com grande fervor logo após sua conversão pode haver, mesmo nos mais religiosos,

dotados de profunda humildade e de grande espírito de crescimento nos caminhos do Deus, uma não apreciação pela prudência, pela experiência e o talento para governar os falta, coisas por demais necessárias para manter a paz entre uma e outra parte, isto é, entre os que governam e os que são governados.

Muito mais pode ajudar-nos a diligência e o amor que vossa reverendíssima pratica para conosco, como também a vossa autoridade ante a concessão destas graças que deveis redigir e expedir. Por isso, sem prolongar mais, lhe recomendamos humildemente tanto as coisas que aqui foram ditas como as que apresentamos escritas em nossa carta anterior, nossas vidas e nossas almas, e enfim, toda a esperança de que esta Companhia de humildes e devotos filhos vossos, na segurança de que vossa reverendíssima, com a generosidade que nos mostra, não se conformará com as indicações que, em nossa simplicidade, fizemos, senão que, em seu grande saber e da forma que julgar conveniente, fará quanto julgue oportuno para a definitiva constituição de um Instituto nas condições do nosso.

Nos parágrafos subsequentes se pede que seja elaborado o conteúdo de um "pequeno Breve sobre a benção à mesa" no sentido de abreviá-la, porque "enquanto se reza esta – se diz – poderia ser recitada a hora Prima dos domingos", e se faça somente como oração o salmo *Laudate Dominum omnes gentes* (Louvai o Senhor povos todos). Terminamos solicitando diversas graças pessoais, como a dispensa de abreviar a oração do Ofício divino por causa de enfermidade, e a autorização para servir ao poder episcopal em favor dos irmãos.

Termina esta extensa carta com uma curiosa alusão ao futuro cardeal inglês Reginaldo Pole: Agradeço a vossa reverendíssima os

bons informes que particularmente me proporcionastes relativos à pessoa deste aristocrata inglês. O terei em conta para meu governo. Com eles eu tenho muito. Com os homens, em geral, não se pode andar mais adiante do que eles desejam. E quanto a este, todo juízo é prematuro, já que é precisamente dos que não se deixam compreender. Parece-me dominado pela paixão às letras, às boas letras, se entende *et addo etiam* das letras sagradas. Ao que se vê, é de belos e modestos costumes. Mostra grande inclinação a nós e esta desejoso de fixar sua morada junto a nós para ter mais oportunidades de conversarmos. Cristo faça, em sua clemência, que este acordo seja mais útil do que pode dar de si nossa pequenez. Que esta saúde com todo afeto à vossa reverendíssima, com a sinceridade que tens para comigo e com o amor que vossa reverendíssima professa. Ele me encarregou de transmitir suas saudações respeitosas.

Veneza, 01 de janeiro de 1533.
Tuus in Christo servus obsequens,
Eu, Pedro, episcopus theatinus.

7. Carta do Pe. Dom João Pedro Carafa e Juan Bernardino Fuscano sobre a fundação em Nápoles (29/03/1533)

(fragmento)

Sua santidade nos deu liberdade, deixando o assunto ao meu arbítrio, para determinar o que convenha agora ou mais adiante. Eu sou o que não quer ir, sou por isso mal feito: *in me convertite ferrum* (me converti em ferro). E não quero porque não posso, e não posso porque não devo, e não devo porque o Senhor me confiou o cuidado destas almas, para que em seu nome sejam congregadas, mas não para que as disperse; para que as edifique, não para que as destrua; para que as encaminhe, não para que as retire da minha presença e as afaste para longe; nem em cem anos, separar-nos-emos uns dos outros.

Filho meu muito querido: entendo que não sem motivos devo opor-me a que meus pintainhos me deixem com tão poucas penas; devo impedir que minhas queridas plantas sejam tocadas antes de criarem raízes, para que *sol non urat eas per diem neque luna per noctem* (o sol não as queime de dia, nem a lua à noite). Ele se entende agora: preparado para o que mais adiante se sirva conforme dispor sua majestade, e pronto de todo coração a sujeitar-me ao menor indício de sua vontade santíssima.

Ao conde de Oppido se poderá dizer em verdade: *Nuptiae quidem paratae sunt sed qui invitati fuerant non fuerunt digni* (a festa

está preparada, mas os que foram convidados não foram dignos). A mesma desculpa apresentarei ao mestre Jerônimo Seripando.

Vaticano, 29 de março de 1533

Vosso Joao Pedro

8. Carta do Pe. Dom Joao Pedro Carafa a Dom João Mateus Giberti, bispo de Verona (31/03/1533)

Reverendíssimo Pai: com a carta de vossa reverendíssima do dia 15, de Verona, chegou a minhas mãos o *Breve* de confirmação da Companhia. E conscientes do profundo amor e da requintada diligência com que vossa reverendíssima se interessou por nossas coisas, como levou à Corte estas questões, todos nos consideramos vinculados por um laço indissolúvel de afeto e de gratidão ao serviço de vossa reverendíssima. Se me deixasse agora levar ex *abundantia cordis* (pela abundância do coração) diria aqui muitas coisas que ofenderiam, certamente, a modéstia de vossa santidade, já que sua profunda humildade e a generosidade de alma o fizeram inclinar-se para ajudar seus amigos como um refratário a escutar, ao qual se agradece e aplaude.

Certo é que em todas as cartas, que sobre nossas coisas nos escreveu, tiveste especial cuidado em destacar a benevolência e a atuação de outras pessoas, como se nisto vossa santidade não tivesse tido parte alguma. De tal maneira atribuíste toda benignidade a Nosso Senhor – o Papa – e tão reiteradamente nos ponderou o interesse por tudo do Sr. Blosio e do Sr. Barengo, sem esquecer da parte do Sr. Lamberti, que, não somente pela gratidão a eles devida, mas para dar gosto à vossa reverendíssima, vos deixarei de lado, para agradecer às pessoas a quem vossa reverendíssima, modestamente, o atribui.

Somente que, acredito que não me será possível sem a ajuda de vossa reverendíssima, o qual, em nome próprio e em nome de todos os meus irmãos, humildemente lhe suplico que, sabendo quão pouco valemos, não somente para pagar, mas também para

agradecer o que por nós foi feito, além do aborrecimento tão benignamente afrontado para satisfazer nossos desejos, se digne agora compadecer-se, expressando a todos eles nossa gratidão mais profunda. Se alguém se maravilhou pelo fato de que vossa reverendíssima tenha colocado tanto amor em coisas depreciáveis como nós, que cara não farão para os que se interessaram, procuraram e conseguiram entrar no meio de pessoas tão ingratas.

Algo suspeito na verdade foi a intervenção do Sr. Blosio. Dos outros nada sabia até que chegou às minhas mãos o comunicado de vossa reverendíssima. Mas quanto ao Sr. Blosio, apenas visto os primeiros *Breves*, entendi que outra mão amiga movimentava ocultamente o assunto, e procurei curiosamente e com grande afeto investigar o que, com redobrados avisos, me revelou depois vossa reverendíssima, com profunda alegria em minha alma, vendo como o Sr. Blosio não deixava de olhar e favorecer a nossa pequenez por amor a Jesus Cristo. Já que nós nada valemos, esperamos e desejamos que seja o mesmo Jesus Cristo quem se digne retribuir-lhe com multiplicados favores. E se Deus, em sua misericórdia, dá algum valor às nossas preces, permaneça ele desde hoje incluso no número de nossos amigos, como sua benignidade merece e o amplíssimo testemunho de vossa reverendíssima o confirma e dá fé.

Eu e todos os meus bons irmãos, congregados em nome de Cristo, lhes recordamos muitas vezes e pedimos orações a outras almas piedosas consagradas ao serviço de Deus, e com toda especialidade escrevemos à Nápoles, suplicando a nossa venerável irmã e Mãe Ir. Maria, que ela, com todas as suas filhas espirituais e servas do mesmo Senhor, queiram recordar em suas orações além de vossa reverendíssima, os senhores Blosio e Barengo.

Com todos os meus irmãos, humildemente me recomendo à
benção de vossa reverendíssima, *quae semper Felix in Domino valeat*
(que possa ser sempre feliz em nosso Senhor).

Trinta e um de março de 1533

D. E. Rdmae. D.

Filius obsequentiss

Eu Pedro, E. Theatinus



João Pedro Carafa, papa Paulo IV - 1555 até 1559

09. Carta do Pe. Dom João Pedro Carafa a Dom João Mateus Giberti, bispo de Verona, de Veneza à comunidade de Nápoles (18/01/1534)

Caríssimos irmãos: *Gratia et paz a Deo et Domino nostro Jesus-Christo cum omnibus qui diligunt adventum eius* (Graça e paz de Deus e do Senhor nosso Jesus Cristo, para aqueles que esperam sua vinda). Uma depois da outra chegaram à nossas mãos vossas apreciadas cartas de 14 e 22 de novembro. Não pensais que seja negligência ou mera casualidade o fato de não ter recebido prontamente uma resposta de nossa parte. Motivos temos para isto. Estando tão disseminada nossa pequena família, se impõe a reflexão e mais que tudo, a oração e o exame diligente, antes de empreender alguma escrita.

Nem sequer nos foi dado encabeçar a presente com o clássico *si valetis nos valemus* (se estais bem, também estamos). Pois temos que anunciá-los a santíssima e religiosa morte, com o ósculo do Senhor, do nosso querido irmão Bartolomeu. Bem é verdade que o consideramos muito mais feliz que nós, no seio de Deus, e que se adiantou a fim de preparar-nos o caminho. Mas nos deixou de si uma incrível saudade e um exemplo indubitável de santa edificação.

Sua vida foi, de fato, irrepreensível a nossos olhos, e levou durante esta de modo constante e de bom grado o jugo de nosso Senhor, na morte superou o alto conceito que de sua vida tínhamos formado. Morreu de enfermidade não longa, mas penosa. As expectorações que, como sabeis, lhe afligiam há tanto tempo, se tornaram agudas até o ponto que acabaram com sua vida.

Depois de uma intolerável dor de dentes, e da extração de um molar, a doença se agravou, e uma febre alta, anunciaram a

proximidade de sua morte, fazendo-nos perder toda esperança de sua saúde temporal. Mas o soldado de Cristo, contente em voltar à Pátria, não cessava de louvar a Deus por meio de salmos, hinos e orações, sem conceder trégua a seus lábios, até o momento de sua morte. Respondia às orações que rezávamos junto a seu leito, e atendia às nossas lições sobre os sagrados evangelhos. Como ponderar sua paciência, sua tenacidade, sua sabedoria, a devoção deste santo homem, em meio a tantos tormentos e entre as dores da agonia?

Ah, como nos saltam as lágrimas ao descrevê-lo, e nos impede a emoção dizer o quanto queríamos! Que mais desejais saber? Na sacratíssima noite de Natal, desceu sozinho à igreja e recebeu o santo Viático, para chegar com força à montanha do Senhor. Abraçando o divino Bebê com os braços da fé, exclamou como Simeão: *Nunc dimittis servum tuum Domine, secundum verbum tuum in pace* (Deixai, agora, vosso servo ir em paz, conforme prometestes, ó Senhor). E em verdade *factus est in pace locus eius*, (ele já estava em paz), já que *consummatus in brevi explevit tempora multa* (tudo se consumaria em um breve espaço de tempo).

Voltou à sua cama, ao peso da enfermidade. Três noites consecutivas, passamos junto ao seu leito, sem que a grave doença ofuscasse sua mente nem por um momento. Por fim, no domingo, dia dos Santos Inocentes, depois das Vésperas, o unguimos para o último combate. E o atleta de Cristo, recebendo com grande devoção e alegria este sacramento, penhor da vitória próxima, próximo as dez horas da noite, voou triunfante aos coros dos santos anjos, dos patriarcas e apóstolos.

Ao amanhecer expusemos na igreja o seu corpo, vestido com os sagrados paramentos, e juntos oferecemos por ele a Hóstia da

salvação. Sem poder remedir a situação, afloravam de nossos lábios as palavras do profeta Amós: *Festivitates nostrae conversae sunt in luctum et cantica nostra in planctum* (Transformaram nossa alegria em luto, nossos cânticos em prantos).

Rezadas as Vésperas dos defuntos, velamos o seu cadáver, e na manhã do dia seguinte aconteceu o enterro. Oferecida a santa missa, e realizadas as cerimônias que são prescritas para tal caso, sepultamos o cadáver, devolvendo o que era pó à terra de onde saíra, e o espírito a Deus que o criou. Vós também, amadíssimos irmãos, celebrais frequentes sufrágios, preenchendo o altar de ofertas, espalhando sobre o túmulo do irmão as flores perfumadas de vossas orações fervorosas. Nunca morre entre nós a memória do que vive em Cristo.

E agora, enxugadas, se é possível, nossas lágrimas, tratarei de responder às vossas cartas. Mas não exigais ordem a um velho, afligido pela tristeza e abatido pelas lágrimas. Escreverei, pelo momento, o que me vem à mente, e depois, se o Senhor me conceder, suprirei o que agora falta.

Apontastes-me muitas coisas concernentes à Igreja, e à disposição e qualidade deste novo lugar. Apraze-me, sobremaneira, o quanto me comunicais nas vossas cartas, sobre a liberdade e o decoro dessa igreja, de que não há nela superstição nem serviços seculares, e que se é dado desfrutar da amável quietude, filha da solidão; de que viveis em silêncio, longe dos rumores do mundo e das conversas dos homens, de que sois visitados por poucos, mesmo que devotos ou familiares, e de que, por sorte, estais livres tanto de críticos profanos como de charlatões curiosos. Alegra-me que possais fugir as perigosas consolações de mulheres hipócritas. Tudo isto, eu o repito, nos cumula de satisfação. Oxalá que Jesus Cristo nos una a Ele

de tal modo que nos faça viver de seu amor, DE FORMA QUE O MUNDO NÃO SE INTERE NEM MESMO DE QUE EXISTIMOS.

Passemos a falar da casa. Estamos em conformidade para pedir apenas o necessário. Não basta ter um teto para proteger-se das intempéries. É preciso que cada religioso possa dispor de uma cela, onde se recolha com em um porto, e que todas e cada uma das dependências destinadas aos exercícios comuns possam ser de capacidade e amplitude convenientes.

Quanto à Igreja, acrescentarei que se deve evitar, a todo custo, que os fiéis se comportem nela como se estivessem em um mercado. Segundo nos informou nosso Severo (Tizzone), não será difícil consegui-lo.

Se o mundo é sempre um desterro, mais o é esta cidade para vós. Tenham, pois, todas as coisas como se fosseis aí peregrinos e estrangeiros, portando-vos, com a ajuda de Deus, como se a qualquer momento devêsseis abandoná-la. Não haveis entrado em suas portas, nem sabemos o que o Senhor quererá amanhã de nós. Não dizemos isto, nem mesmo, para que não trateis de procurar um lugar no interior da cidade, que não duvido que haveis de encontrar se o Senhor os quiser nela, tanto pela bondade do Senhor como em favor da mesma cidade.

Sobre os vários sítios que, segundo manifestais, os oferecem, duvidamos, para dizer a verdade, se deveis aceitá-los ou não. Em um parece difícil que vossa vida se adapte às condições de uma antiga casa de família nobre, em outro é mais fácil encontrardes uma igreja de deuses e de profanardes com seu contato.

Por outra parte, embora o templo nos agrada, tanto pela vossa devoção ao Santo Apóstolo cujo nome leva, quanto pela sua venerável antiguidade, sua situação em um grande centro e a

circunstância de encontrar-se rodeada e como que afogada por altos edifícios seculares, com falta do necessário espaço para comodamente habitá-la, nos faz crer conveniente esperar que o Senhor fale, e pressioná-lo com a incessantes orações, com inteira submissão à sua divina vontade. Se se insiste em oferecer-vos, ou se os fizerem novas propostas, nos deixais cientes de tudo.

Sobre estes nobres clérigos que desejam tomar parte em vossa comunidade, é nosso parecer que nem nós nem vós podemos prudentemente satisfazer aos seus desejos. Muitos motivos, todos eles de peso, nos movem, pelo momento, a não permitir-lhes a entrada. Contudo, para que possam beneficiar-se do porto de uma Congregação menos estreita que a nossa, e lhes seja dado subtraírem-se das perigosas situações em que vivem atualmente, parece oportuno fazer-lhes ver que jovens dedicados e nobres não podem viver em nossa pobreza, e que, dada a escassez de pessoas, seu ingresso seria ocasião de infinitos incômodos para eles e para nós. Tendes por certo que cooperais mais eficazmente ao seu bem se não lhes ocultar a verdade e lhes despedirdes amistosamente.

Compartilhamos vosso critério de que é digno de compaixão o caso deste matrimônio que nos falais em vossa carta. Mas tendes razão em dizer que tudo deve temer-se da frivolidade feminina. Eu não sei se vale a pena ocupar-se com ele, já que faltam os argumentos onde não reina mais que ódio. Enfim, deste assunto dissemos o suficiente.

Ao contrário, sei que é muito justo ocupar-nos da venerável serva de Cristo e nossa mãe (Ir. Maria Carafa) e honrá-la com todo o afeto no Senhor. Em primeiro lugar, obrigado, caríssimo irmão, pelo sincero carinho que professais à nossa Irmã, manifestado em vossas cartas. Nelas palpita o interesse, a diligência e o amor que inspiram o

bem de vossa alma. Tudo o que sabíamos muito bem por ter-nos dito, mais de uma vez. Sobre o que diz respeito ao Mosteiro (Da Sapiência) vos asseguro que as circunstâncias favoreceram nossa gestão. Contudo, façais o quanto se possa, apesar da ausência do Papa.

Por outra parte, nosso amigo o bispo de Verona (João Mateus Giberti), que leu vossas cartas e que por meio dele vos enviei esta, nos confessou francamente que, estando fora de Roma, ele mal presta atenção às suas próprias inquietações.

Quando o Pontífice regressar a Roma, pensei tentar algo. Era melhor que vós, amadíssimo irmão, vos transladeis à Cidade Eterna, o bastava uma simples carta? Eu preferia o primeiro, como podeis supor, e não eram poucas as razões que me inclinavam a isso. Escrevi por tal motivo ao bispo de Verona, para que os mandasse de Nápoles uma boa recomendação para seus amigos de Roma, a fim que procurasse marcar uma audiência com Sua Santidade. Contudo, pensando melhor, me pareceu mais conveniente adiá-la para um tempo não muito longe, mas sem dúvida mais oportuna.

Uma coisa tenho de pedir-vos mais encarecidamente, amadíssimo irmão. Trabalhai com todas as forças para livrar aquele mosteiro da servidão secular. Purificai suas relações, e afastai de lá aquela mulher (Sra. Beatriz Carafa), verdadeiro flagelo do mesmo. Oxalá se arrependa, antes que experimente, para seu prejuízo, a ira de Deus que ela provoca com sua conduta.

À nossa supracitada amada mãe e fiel serva de Jesus Cristo, consolada pelo Senhor. Diga a ela que, se deseja algo, o peça a Deus, mais que a nós. Nós iremos, se a Deus aprouver, e faremos quanto possamos para responder seu desejo e o vosso, irmão caríssimo. Além do mais, vos asseguro, que não deixaremos nada que está sob

nossos cuidados, contando com a ajuda de Deus e segundo permitirem nossas ocupações, que são tantas que temos tempo apenas para escrever-vos estas linhas.

Agradecemos ao Senhor, que nosso querido irmão Pedro (Foscarini), presbítero, que recebemos há algum tempo, possa agora ser admitido em seu nome e de toda a Companhia, à Profissão religiosa que, como dissestes em vossa carta, deseja com tanto fervor. Anexados vos enviamos o cerimonial que deveis observar para isto, até que Deus nos inspire outro mais conveniente.

Sobre este jovem que, de acordo com sua esposa, quer deixar o mundo na companhia de seu filho, não sei o que dizer, senão que *multi prophetae et reges voluerunt videre quae vos, fratres mei, videtis, et non viderunt, et audire quae intima cordis aure vos auditis e non audierunt* (muitos profetas e reis quiseram ver o que vós, irmãos estais vendo e não viram; quiseram ouvir o que estais ouvindo e não ouviram). Não é o homem que escolhe seu caminho, Deus é que guia seus passos. Nem tudo o que deseja ele obtém, mas apenas aquilo que Deus o concede em sua infinita misericórdia.

A nosso caríssimo em Cristo, o conde de Oppido, lhe abraçamos com todo o ardor de nossa alma. Com o que fazeis por nós, sem merecimento de nossa parte, nos faz acreditar na divina recompensa. *Non sua, sed ipsum quaerimus* (não temos, mas estamos buscando); por ele nos vem o gozo pelo que vós escreveis sobre sua fé e devoção. Aprovamos sua intenção de redigir o testamento e dispor de suas coisas, agora que vive e pode. Assim na hora suprema, quando tiver que cuidar apenas da alma, não terá que distrair-se com a inútil solicitude das coisas materiais. A quem convém herdar? Não é tão fácil encontrar quem se aconselhe com desinteresse e prudência. Antes de tudo deve-se observar

estritamente a justiça, e não defraudar o direito de ninguém. Se a alguém prejudicamos, de uma ou outra maneira, temos que ressarcir com acréscimos o dano ocasionado, a exemplo do publicano, que devolveu o quarto por um. No que dele depende, pense diante de Deus e faça o que lhe parecer. Seja seu olhar simples e reto. Não anuncie, ao som das trombetas, suas liberalidades, nem se deixe impressionar pelo dizer dos homens. Não conheça sua esquerda o que faz sua direita, pois Deus somente recompensa as coisas que foram feitas sem barulho e por amor. O que se faz para vanglória, não é remunerador, mas vingador.

Destas pias mulheres (Maria Longo e a duquesa de Térmodi), sentimos o mesmo que vós, amado irmão, isto é, que é preciso que do trabalho com aqueles pobres enfermos venham as coisas mais perfeitas, e se preocupem em acolher a Jesus Cristo, o qual quiseram receber na pessoa dos pobres. Ouçam sua voz quando castiga a humana soberba e a excessiva agitação: "*vulpes foveas habent et volucres coeli nidos, filius autem hominis non, habet ubi caput suum reclinet*" (as raposas tem suas tocas, os pássaros do céu tem ninhos, mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça). É possível que o Senhor Jesus queira reclinar a cabeça onde se acolhem vagabundos, andantes, desertores da religião e criminosos apóstatas? São muitas as almas redimidas com o sangue de Jesus Cristo e muito mais enfermas que os corpos, que se confiam ao cuidado de homens que não tem fé na existência da alma, pois, se acreditassem nela, não tratariam o pecado com tão grande desleixo até o dia do último juízo, quando o mal não terá remédio. Se alguém fraternamente se esforça para ajudá-los com semelhante perspectiva, intentam estes impuros, estes míseros enganadores, justificar sua conduta com depreciáveis razões, como se não tivessem

aprendido a fazer mais que sutilezas da dialética. Estes são os que, depois de agitar o jugo de Cristo, vivem somente para o dinheiro e o buscam a todo custo, servindo-se dos males alheios, tratando de satisfazer seu único deus, que é o seu estômago. Estes que assaltam as casa e se envolvem com mulheres carregadas de imundos pecados. Estes que vivem às custas dos pobres e das viúvas. À sua doutrina e exemplos, deve-se hoje em dia, na Igreja, todo esse acúmulo de males que se encontra afligida; a estes e aos que nela vivem com depravados costumes, aos dogmas perversos de outros, a estas novas heresias, filhas das mais velhas. Podeis crer que um lugar onde tanta maldade se acolhe, queira abrigar Jesus Cristo? São compatíveis por ventura, a iniquidade e a justiça? É possível que se juntem as trevas e a luz? Repita, amadíssimo irmão, a estas devotas irmãs: por que buscais entre os mortos a vida? *Sinite mortuos sepelire mortuos suos* (deixe que os mortos enterrem seus mortos), enquanto não façam mais caso dos sapientíssimos conselhos de nosso Salvador Jesus Cristo, se atenham a seus salubérrimos avisos, sigam seus sagrados passos e tratem de imitar seus exemplos.

Mas estamos superando, sem querer, os limites próprios de uma carta, detendo-nos mais nas extremidades do que no que é justo.

A João Bernardino, nosso amadíssimo filho em Cristo, o amamos de coração, e sua colaboração à vossa obra não pode ser-nos mais grata, embora seus méritos não sejam de agora, conhecemos a tempo e estimamos o quanto vale o favor que nos dispensa.

Sabeis que, pela Graça de Cristo, todos nós vivemos na santa paz e quietude, unidos estreitamente pelos vínculos da caridade, e

que os amamos deveras a todos, e a vós em especial, caríssimo irmão.

A nosso irmão Gregório, o conferimos o diaconato, com a intenção de promover-lhe, se é vontade de Deus, ao sacerdócio em uma data próxima.

Acabamos de receber um jovem de Bérghamo, de uns trinta anos, chamado Simón. Antes de admití-lo o provamos por grande tempo, para ver até onde chegava sua perseverança e sua paciência. Entretanto, com o fim de conhecermos seus antecedentes, acerca de sua vida e costumes, servindo-nos de bons amigos, lhe recomendamos a nossos filhos em Cristo, colocando o postulante no Hospital de São João e São Paulo. Portou-se ali com tanta fidelidade e diligência que, os que viveram com ele não se cansam de louvá-lo. Como se deseja-se veementemente ser recebido entre nós e o pedisse com insistência, por fim se admitiu-o na categoria de hóspede, e não fomos mais adiante, apesar de que ele nos pede assiduamente o hábito, e nós o cremos digno. Mas ainda assim não o pensamos ser pernicioso esta dilatação, já que se exercita com boa gana nos afazeres cotidianos, e faz o que o mandam, como qualquer um de nós. Na é insolente nem confuso. Enfim, não que seja ignorante, mesmo tendo pouco estudo. A nosso Teodoro, parece que aproveitou a ausência de uns meses, pois tomou o melhor rumo nos assuntos que traz entre as mãos. Mais prático teria sido afastar-se de tudo, mas isso não era possível sem menosprezar seus bens, mesmo não sendo estes substanciais. Não cessais de rogar por ele, que bem merece nosso amor, e é esta a melhor ajuda, com que podeis favorecer ao que é tão digno dela.

Que os direi destes irmãos e em particular do Prepósito?

Não posso dizer o tanto que me consola o Senhor por meio deste seu servo e de toda esta comunidade. Ele é visto por todos, na morte de nosso irmão, preocupando-se, labutando e discorrendo o alfabeto no esbanjamento de seus favores, como se a saúde de cada um corresse sério perigo como a daquele moribundo. E depois de morto, foi visto inconsolável, com os olhos inchados pelo choro. Em uma palavra, o digo como sinto, transpassou minha alma com a espada cortante da mais doce caridade.

Que dizer da assiduidade com que atendem às coisas divinas e às múltiplas atividades da vida religiosa? Não acharíeis reduzido, acredite, em uma comunidade tão exígua, nada que se fazia quando esta era maior. Todos levam valentemente o peso do trabalho do dia e das fadigas da noite, não obstante as vezes que me é dado ajudar-lhes, já que me escapam, com a idade, com as forças do corpo e da alma.

O assunto de Loreto esfriou totalmente, e não há porque mais falar dele. Passei a noite sem pregar os olhos para poder escrever-te. Deus o proteja, irmão meu, e a toda esta comunidade: não cesseis vossas orações por estes irmãos de Veneza. Saudações da parte de todos à nossa querida mãe e irmã, Ir. Maria, e às demais religiosas – do mosteiro da Sapiência – e a quantos são, em Jesus Cristo, nossos estimados amigos. Os saúdam nosso Prepósito, com todos nossos irmãos e todos os amigos de Veneza.

E se fomos prolixos, apenas começamos o que nos propusemos relatar. O Senhor permita que possamos escrever-vos mais amplamente em outro dia, e que vós possais lê-lo. Adeus.

Veneza, 18 de janeiro de 1534.

Frater vester,
Episcopus Theatinus

10. Carta do Pe. Dom João Pedro Carafa a Maria Ayerbo, duquesa de Térmoli (13/03/1534)

(fragmento)

A carta recebida de vossa reverendíssima pelo mesmo que leva esta (Bernardino Fuscano), de tal modo me fez ver a imagem de suas virtudes e da graça de Deus em sua alma, que tivesse querido ter asas para cumprir sem demora o desejo de vossa reverendíssima, convencido de que suas palavras são expressão manifesta da vontade de Deus. Mas, não podendo subtrair-me das obrigações que aqui me prendem, foi necessário adiar até setembro próximo a decisão definitiva de ir ou não a essa, confiando que Nosso Senhor, aplacado por vossas orações e pelas de outras pessoas santas que aqui e em outros lugares rogam para o mesmo fim, sem olhar para meus pecados, se dignará escutar as súplicas de tantas almas boas e me dará a conhecer sua vontade sobre este assunto, outorgando-me sua santa graça para cumpri-la fielmente. Não cesseis de rezar. O Senhor nos favorecerá dando o que pedimos ou outras coisas melhores, segundo lhe apraza.

Sei bem que não me é possível agradecer, como é devido, a benigna hospitalidade outorgada por sua senhoria a estes pobres de Cristo, confio que no juízo final ouvireis dos lábios d'Aquele que foi nosso amor tão iniquamente julgado: O que fizestes por um destes pobres, a mim o fizestes, e sereis por Ele retribuída como não é possível compreender nesta miserável vida.

Por isto não posso negar-me à suplica de vossa senhora de admiti-la para que possa participar da nossa mesquinhez e iniquidade, recebendo-a como irmã e nossa mãe, e como escrevemos à nossa estimada senhora Longo, consideramos desde hoje também

a vossa senhoria no número de nossos amigos servos e servas de Deus, esperando que Ele mesmo se digne escrever seu nome no livro da vida.

Veneza, 13 de maio de 1534
Obedientíssimo irmão o bispo de Chieti



Catedral de São Justino em Chieti - Itália

11. Carta do Pe. Bernardino Scotti ao Capítulo Geral (Veneza, 12/09/1539)

Amadíssimos em Cristo, padres: saudações.

Eu, indigno filho vosso, o primeiro a pedir perdão por meus pecados e pela negligência com que tenho procedido – não posso fazer menos que confessar – no governo e direção desta casa e família de Cristo durante o presente triênio. De bom grado entrego em vossas mãos e na presença de todos vós, congregados agora em Roma no nome de Jesus Cristo, a administração de meu ofício e tudo que a este se refere.

Encarecidamente vos suplico que, antes da eleição de prepósitos, ou enquanto ela dure, vos digneis considerar e examinar benignamente as seguintes indicações, que julgo indispensáveis para a manutenção da fraterna convivência e a pureza de nossa Profissão.

Da parte de alguns prelados que muito nos amam em Cristo, e que, por larga experiência, entendem de nossas coisas tanto como das suas, tem sido reiteradamente apontado que são quatro as armadilhas que com cuidadosa diligência devemos sempre evitar: a rejeição da disciplina, a multidão de professos, a familiaridade com as mulheres e a posse segura de riquezas.

O primeiro que temos que evitar com todo o esmero possível é o relaxamento dos costumes. Guardemo-nos de não dar-lhe espaço através de nossa culpável negligência, e o enfrentemos corajosamente desde seus primeiros sintomas, aonde quer que se manifeste. Este é um temível mal que como um câncer se propaga insensivelmente, e se, por negligência do prelado, não se combate em seu início, acaba por ocasionar a ruína de toda a observância com grave injúria a Cristo.

De fato, muitos que menosprezam seus preceitos e dão pouca importância a seus conselhos, o fazem por ver a tibieza dos que professam perfeição, dos mesmos cujo exemplo lhes atraiu à vida do claustro. Ao ver o relaxamento dos que julgam perfeitos, acabam por crer ser impossível a Profissão de conselhos que, os que tinham por santos, não conseguem observar. Que pena é contemplar os que haviam começado a viver segundo o espírito, acabando por entregar-se às exigências da carne! Mas o mal não acaba aí. Com o relaxamento por parte dos indivíduos, quebra e arruína o edifício de toda a Congregação, desaparece a concórdia e se destrói a união e a paz entre os irmãos. É o que vemos e lamentamos que aconteça nos dias de hoje em algumas Congregações. O relaxamento, e não outra causa, introduziram nelas a desunião e a discórdia, já que, se é querido – o relaxamento – por um, não satisfaz os demais, dando lugar a divisões e a perda da unidade.

Os que andam à procura de dispensas da disciplina regular, primeiro se perdem a si mesmos, e em segundo lugar, aos outros. Daqui nascem os partidos e se organizam as bandeiras, que, em uma Congregação, constituem a mais terrível de todas as calamidades. Elas dão lugar ao ódio, à distração e às ocultas manipulações para que as atenuações, que alguns seguem, prevaleçam na comunidade e sejam adotadas por outros.

Se eles demonstram inteligência, são acusados então de absoluta carência de espírito interior. Para que não pareça que os move o horror à disciplina, ou se lhes veja como transgressores da regra que professaram, apelam convenientemente à falácia do "não sabia" para com a hierarquia daqui ou dali. São as observâncias externas que ocasionam desconforto? Se criam desculpas da mortificação interior. Zombam os que vivem humildemente, e

quando se trata da roupa, da comida, das orações, dos jejuns e da pobreza, exaltam a necessidade de proceder com discrição. Tudo por não confessar o que é certo e indubitável e que, em poucas palavras, se diz: que carecem de vontade e lhes sobra amor aos benefícios.

Penso que convém exortar a tais religiosos a abrir mão destes truques, e a não deixar-se enganar nem acovardar facilmente. Antes bem, *aspicientes in auctorem fidei et consummatorem lesum, sperent in eum cui se probarunt* (que procurem o autor e consumidor da fé, Jesus, esperança dos que confiam) a quem eles escolheram seguir sob o jugo da cruz.

É melhor que, por falta de forças, o religioso não siga àqueles que gozam de saúde, nem guarde as práticas comuns. Mas para isto procure as necessárias autorizações, porém que se mantenha intacta a observância daqueles que não necessitam de idêntico alívio. Parabenize-se o que não pode observar as práticas do Instituto antes de quem exalta o peso da disciplina e não da murmuração (coisa que Deus não permita). Assim se evita induzir os religiosos fiéis a ter em pouca estima a observância regular.

A facilidade excessiva em abrir aos seculares, as portas da Congregação, sem submeter o candidato às provas convenientes, é o engano dos prelados que se preocupam mais pelo número do que pela qualidade dos sujeitos, que introduzem o relaxamento de algumas Congregações, recentemente reformadas.

As vemos crescer em número, em exterioridades e riquezas, mas na realidade tem diminuído e piorado na observância, porque perderam a simplicidade e o rigor dos tempos primeiros, por causa dos inconvenientes que comportam as multidões. Claro que o caminho estreito, à força, tem que alargar-se para que possa caminhar uma multidão de pessoas.

Guardemo-nos com sumo cuidado de todo afã desmedido e de olhares puramente humanos em questões que só dizem respeito à Congregação e ao espírito. Quantas vezes nos enganamos, estimando que nossos desejos tem por objeto exclusivo a salvação das almas e a glória de Jesus Cristo, quando é manifesto que o único que se pretende é satisfazer a vaidade!

Quantos perigos e desconfortos derivam, aos que servem a Cristo, da familiaridade com mulheres, digo-vos, ai! Quem o sabe por dolorosa experiência. Nós, irmãos caríssimos, esforcemo-nos para viver de sorte que não experimentemos jamais. Para isso esquivemo-nos sempre de toda classe de mulheres, religiosas e seculares. E se não é possível subtrairmo-nos de ouvir suas confissões e deixar que seus pastores as governem e as ensinem, afastemo-nos delas o quanto nos seja possível, se desejamos conservar puro o coração e servir a Deus com liberdade, se queremos aproveitar o tempo e edificar o nosso próximo, e em particular as próprias mulheres cujo contato temos de fugir. É o que aqui em Veneza, como bem o recordais, todos, de comum acordo, cremos ser por demais útil e excessivamente honesto, e como tal o temos escolhido e guardado até o dia de hoje de modo inviolável.

Contentemo-nos em rezar e pedir sem interrupção pelo apreciado sexo feminino. As amemos todas como irmãs, respeitandolas como a mães, mas fugindo de seu contato. Desta fuga se seguirá primeiro nossa liberdade para o divino serviço, segundo a edificação do próximo, e, por último, a glória de Deus.

Finalmente, não possuamos bens terrenos, para não perder o privilégio do tesouro da pobreza. Privilégio cuja grandeza e benefício normalmente se desconhecem pelos homens do mundo; para nós, ao contrário, que gostamos dela há tanto tempo, é preciosa a pobreza

Professada por amor a Deus. Assim os homens avarentos não podem deixar de reconhecer que hoje NÃO EXISTE, PARA OS CLÉRIGOS, MELHOR CAMINHO QUE A POBREZA PARA DEFENDER SUA DIGNIDADE E PARA MANTER A LIBERDADE DAS IGREJAS A ELES CONFIADAS, e que o único modo de desfrutar da paz e da tranquilidade encontra-se na pobreza voluntária e evangélica. A liberdade de espírito se consegue unicamente por meio da pobreza. Pela renúncia de todas as coisas se sente livre o coração do afeto dos lugares e dos laços de posses. Escutamos diariamente as queixas dos clérigos ricos, e ouvimos como nos falam dos espinhos de suas riquezas, isto é, que o mundo não para com suas exigências inoportunas para que o devolvam o que é seu: cada dia deve-se dar a César o que a César é devido.

Esquivemo-nos, pois, das rendas, das posses, das heranças. Contentemo-nos com o necessário, não desejemos nada mais. Fugamos das mulheres, não somente para sermos castos, mas para gozar da liberdade e edificar com o exemplo. Não aspiremos sermos muitos, não aconteça que aumentando o número diminua a qualidade, isto é, que a multidão não nos traga o relaxamento, o qual, como dissemos, arruína a união. Seja vosso consolo Aquele que diz: *Nolite timere pusillus grex quia complacuit Patri vestro dare vobis regnum* (Porque aprouve ao Pai dar-vos o Reino, não tenham medo pequeno rebanho). Temamos a Isaias que assegura: *Multiplicasti gentem et non manifestasti laetitiam* (multiplicastes os povos e não multiplicastes a alegria). Porque é certo que onde é grande o número, se destrói facilmente o vigor da disciplina, e para restaurá-la, os que parecem melhores se lamentam, quando não lutam.

Outra coisa quero dizer: guardemo-nos, antes de tudo, da familiaridade com os seculares. Temos visto comprometer-se o

conjunto da disciplina e perturbar-se a ordem doméstica da família de Cristo, pelo trato com seculares que, em anos anteriores, mantiveram conosco uma excessiva intimidade. Está dito que a vida, em semelhantes condições, nos fazia intoleráveis. Mas por fim *visitavit nos Oriens ex alto et consolatus est pauperes nos Dominus, adiutor in opportunitatibus in tribulatione* (o sol nascente nos veio visitar, o Senhor consolou os pobres, como um ajudante no devido tempo da tribulação), ao serem eles despedidos.

As coisas que vos falei são poucas, para dizer a verdade, pela importância da matéria, e mais concisas e incompletas do que havia desejado a totalidade de meus irmãos; também, dada minha indignidade e a miopia de meus olhos, pode ser que tenha dito mais do que era conveniente. Ninguém mais incapaz que eu para colocar em prática o que está escrito; e de quantos pregam sobre estas coisas e desejam vê-las cumpridas, ninguém me supera em frouxidão de corpo e alma.

Se me atrevi a indicá-las, não penseis em nenhum momento que tivésseis de ser ensinados por mim. Padres e Mestres meus, amadíssimos e honradíssimos em Cristo. Um só motivo me guiou: que, escutando o desejo destes nosso irmãos e o conselho de quem é nosso amigo em Cristo, conhecida a necessidade da religiosa família a vosso governo confiada, e em benefício da qual vos encontrais reunidos, façais de todos objetos de vosso exame diligente, e com maior interesse exponhais em nome de todos, ao reverendíssimo senhor Cardeal, a necessidade de vosso regresso, desejado por todos nós, o quanto pode ser dito.

Saúdam-vos todos os nossos irmãos, hóspedes, leigos, clérigos e sacerdotes, assim como nossos amigos, tão unidos a nós e a vós na fé e no amor de Cristo. Dom Bonifácio (De Colle) e Dom

Miguel (Mezzalorsa), presbíteros, expressaram à Vossa Caridade alguns pontos que estão anotados e requerem particularmente vosso parecer e aprovação.

Desejamos a todos vós, padres venerados e amadíssimos, as maiores prosperidades nas estranhas de Cristo.

Bernardino, Presbítero Reg.

Veneza, 12 de setembro de 1539.

12. A cruz como símbolo e emblema

"Não há dias mais solenes e significativos como o do nascimento de nossa Companhia. A decisão de fundá-la se tomou na festa da Invenção da Cruz, e sua ditosa realização se fez coincidir com o dia da sua gloriosa exaltação. A cruz embalou em seu regaço a nossa companhia logo que nascida. E era justo que nascesse em tão gloriosa data uma Companhia que Professava a pobreza tão absoluta como a de Cristo na cruz, que pregava a mortificação da cruz, e que parecia voltar a descobrir e exaltar a cruz, a reinstaurar a austera forma de vida apostólica em uma nova família eclesial.

Por isso, essas duas celebrações da cruz foram sempre objeto de especial veneração entre nós, de modo que nunca quisemos nos condecorar com outro brasão ou insígnia que não a cruz. Este é o distintivo da nossa Congregação; esta é o ensinamento de nossas casas e de nossos templos, de nosso jejum sagrado e doméstico, de modo que, aos Clérigos Regulares, se os pode chamar, com toda a razão, Religiosos da Cruz, como disse Tertuliano que assim chamava os antigos cristãos.

De tudo isso, cada um de nós pode inferir a que sacrifícios de corpo e de alma, e a que adversas condições de vida deve-se estar disposto em uma Ordem que com a cruz foi recebida.

As mães de Esparta davam à luz e educavam seus filhos sobre os escudos, para mostrar que deviam ser treinados, não no ócio e em passatempos, mas nas dificuldades e nas noites mal dormidas, no calor e nos perigos da vida, pois com eles é que se ganham as batalhas.

É dado que nossa Ordem teve por berço a Cruz, ao renascermos nós nela, pela Profissão solene, não nos deparamos certamente com o berço mais delicado, nem nos ensinam que vamos

dormir à sombra. Somos chamados ao mais árduo, à mais amarga das lutas, ao exercício daquelas virtudes heroicas das quais a Cruz é o emblema. Ela nos estimula ao sacrifício e à reforma dos costumes, e, ao mesmo tempo, nos dá animo para avançar pelo difícil caminho das virtudes religiosas.

Quem poderá ver à sua frente a cruz, na qual o Salvador, ultrajado com provocações e chagado com incontáveis feridas, padeceu pelo gênero de morte mais afrontoso, sem inflamar-se e animar-se com seu exemplo de paciência aos opróbrios e à morte?

Intolerável seria e mormacento demais, buscar, como soldado delicado, as comodidades, os passatempos e os benefícios do mundo, quando se luta, tendo Cristo como chefe, sob a inflamada guia desta austera milícia.

Em resumo: o fato de que nossa Companhia foi fundada no mesmo dia em que se celebram as glórias e os triunfos da Cruz, deve ser para nós um título de gloria e um vivo estímulo à disciplina"

(J . Sillos, *Historiarum Clericorum Regularium a Congregatione condita pars prior*, I, 42. Roma, 1650)

O PRESENTE LIVRO,
ENCHIRIDION CLERICORUM REGULARIUM,
TERMINOU-SE DE IMPRIMIR NAS OFICINAS
DAS EDIÇÕES SOUBRIET NO DIA
23 DE ABRIL DE 2014, ANIVERSÁRIO
DO TRANSITO AO CÉU DO REVMO. PE.
EUGENIO JULIO GÓMEZ GONZÁLEZ, CR
(PEÑACABALLERA 1934 – BÉJAR 1999).

LAUS DEO